

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O futuro da Previdência (Artigo) 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

TRF-3 livra produtores rurais de contribuição paga ao Sistema S" 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A eterna reforma (Editorial) 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula quer foco na campanha e só fala em nome para Economia após 2º turno 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

País vai para eleição com desemprego menor e o dobro da inflação de 2018 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes critica atuação do BC às vésperas do Copom 15

A GAZETA - MT - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Propostas tributárias dos presidenciais (Artigo) 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Piauí faz o certo para crescer mais - RAUL VELLOSO 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros altos e inclusão social (Editorial) 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reduz preço do diesel em 5,8%, mas alta do ano ainda é de 46% 20

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco de câncer antes dos 50 anos cresce a cada geração, aponta estudo 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Na ofensiva por voto útil, apoio de ex-presidenciais 25

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar cai com otimismo e apoio de Meirelles a Lula 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Reação lenta de um país fora do ritmo (Editorial) 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Se eu tiver menos de 60%, algo de anormal aconteceu" 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Grupo de senadores sugere bancar piso com uso do orçamento secreto 31

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Restam poucas cartas na manga para Bolsonaro reverter rejeição 33

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

"Sou o único candidato ao senado do Lula" 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Condução da economia tem baixa confiança e preocupa, diz pesquisa 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB desacelerou em julho, mostra FGV 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Viagem para funeral da rainha frustra planos de Bolsonaro 37

O futuro da Previdência (Artigo)



João Badari

As campanhas presidenciais ainda não terminaram e seria interessante para os cidadãos que os candidatos debatesses mais este tema [Previdência]

Nas eleições de 2022, as questões previdenciárias estão sendo pouco debatidas e raros são os projetos para um tema tão relevante, que impacta a vida de mais de 36 milhões de brasileiros. A reforma da Previdência foi muito debatida no ano de 2018, porém, após sua aprovação, as questões dos aposentados estão sendo deixadas de lado. E isso ficou ainda mais claro nas campanhas presidenciais.

A reforma, trazida pela Emenda 103, de 12 de novembro de 2019, trouxe novas regras para o acesso aos benefícios do **INSS** e também aos critérios de cálculo. O ex-presidente Lula defendeu que irá rever questões que foram trazidas pelo novo texto legislativo e têm questões constitucionais tratadas pelo Supremo Tribunal Federal.

As duas principais questões sobre os cálculos de benefícios que estão sendo questionadas no Judiciário são os da pensão por morte e a da aposentadoria por invalidez (hoje chamada de "aposentadoria por incapacidade permanente"). Esses dois benefícios passaram por severos redutores em seus cálculos, onde a pensão por morte chega a ser 60% menor do que a prevista pela legislação revogada, com a aplicação de até quatro redutores em seu valor inicial. A aposentadoria por invalidez, que era integral, passou a ser iniciada em 60%, só aumentando após o 16º ano de trabalho para mulheres e o 20º ano para os homens.

Tal modificação se mostrou um grande retrocesso social, além de ferir princípios constitucionais, e o

Judiciário já tem decisões favoráveis aos aposentados e pensionistas em ambos os temas. A candidata Simone Tebet entende tal redução como acertada, afirmando que ela se aplica a um pequeno número de benefícios, maiores que 1,6 salários mínimos. Essa afirmação não corresponde à realidade, pois, de forma prática, a diminuição do valor se aplica a todos os casos que sejam superiores a um salário mínimo. Isso mostra total desconhecimento da matéria tratada.

Outro tema, tratado pelo ex-presidente Lula, é o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, em que seria aplicada a **inflação** do ano anterior mais o aumento do **PIB** de dois anos antes. Isso impacta diretamente nos cofres do **INSS** e assistenciais, pois aumentaria os gastos dos benefícios de prestação continuada e a elevação do piso para aposentadorias, pensões e benefícios por incapacidade.

O candidato Ciro Gomes também se manifestou favorável a reajustes progressivos e acima da **inflação** com relação ao salário mínimo. Porém, condicionou esse tema aos resultados obtidos em reformas fiscais, tributárias e previdenciárias. Sim, ele pretende fazer uma nova reforma previdenciária, incluindo no sistema atual o sistema de capitalização (que não deu certo no Chile e hoje a população colhe os péssimos frutos trazidos).

O aumento do mínimo acima da **inflação** é um tema complexo, pois deve ser primeiro analisado todo o impacto atuarial da decisão, em que esse aumento de custo poderia ruir os cofres da autarquia previdenciária, que hoje estão controlados e estáveis para os próximos anos.

Ciro Gomes também defende um tempo menor de contribuição para as mulheres, em razão da dupla jornada laboral (trabalho doméstico somado ao trabalho fora de casa) e a diferenciação por meio de características especiais de cada profissão para antecipar e aumentar o valor das aposentadorias. Ocorre que esses dois temas já estão em prática hoje, onde a mulher se aposenta com redução na idade mínima e existe a possibilidade da aposentadoria especial, dependendo da profissão e atividade exercida. Ambos os temas são relevantes, porém precisam de maior profundidade, principalmente sobre os critérios adotados nas concessões.

O presidente Jair Bolsonaro, responsável pelo ajuste trazido pela reforma previdenciária aprovada em seu governo, não trouxe grandes propostas com relação

ao direito dos aposentados e pensionistas, apenas considerações sobre o aperfeiçoamento dos atendimentos remotos do **INSS**. O Meu **INSS** passou por diversas melhorias durante a pandemia, fruto de investimentos tecnológicos do governo, que possibilitaram ao cidadão requerer seu benefício sem precisar se locomover à agência. Esperamos que a política de investimentos tecnológicos seja mantida, pois o **INSS** avançou sensivelmente nos últimos dois anos com relação ao atendimento remoto e pedidos de benefícios de forma digital.

A candidata Simone Tebet, favorável à reforma da Previdência, propõe reduzir a contribuição previdenciária para a faixa de um salário mínimo, estimulando a formalização. Ocorre que em um sistema de repartição (como o nosso), para alguém a conta irá sobrar. Será necessário que a empresa ou o governo passem a custear os benefícios, ou todos os trabalhadores que optarem por recolher sobre um salário mínimo terão uma aposentadoria nesse valor, que não custeará os seus gastos na velhice.

A candidata se mostrou favorável à utilização de uma idade mínima na aposentadoria especial, o que entendemos ser mais um retrocesso social, pois muitos trabalhadores que iniciaram sua vida laboral na juventude deverão trabalhar com insalubridade na velhice para assim conseguir se aposentar. Teremos uma geração de idosos com problemas de saúde em razão do extenuante trabalho exercido. O ex-presidente Lula foi favorável a rever o texto, e não incluir a idade mínima na aposentadoria especial.

E por final, a candidata Soraya Thronicke promete isenção de pagamento do **INSS** para quem recebe até cinco salários mínimos. Tal proposta se assemelha à da candidata Tebet, e o problema é quem irá custear os benefícios a serem pagos. Mesmo com o custeio realizado por segurados, empregadores e o Estado, já precisamos de uma reforma previdenciária que garantisse a estabilidade do sistema, imagine sem a contribuição de quem recebe até cinco salários mínimos? Hoje, essa faixa de contribuinte mantém o sistema. Uma manobra, no mínimo, utópica.

As campanhas presidenciais ainda não terminaram e seria interessante para os cidadãos que os candidatos debatessem mais esse tema. As propostas de mudanças na emenda aprovada em 2019 precisam ser mais objetivas, pois, assim, poderemos avaliar quais os ônus e bônus das revisões a serem buscadas. Observamos que foram traçadas apenas retóricas populistas com anseio nos votos, mas a realidade da Previdência no Brasil exige e merece estudo sério e aprofundado.

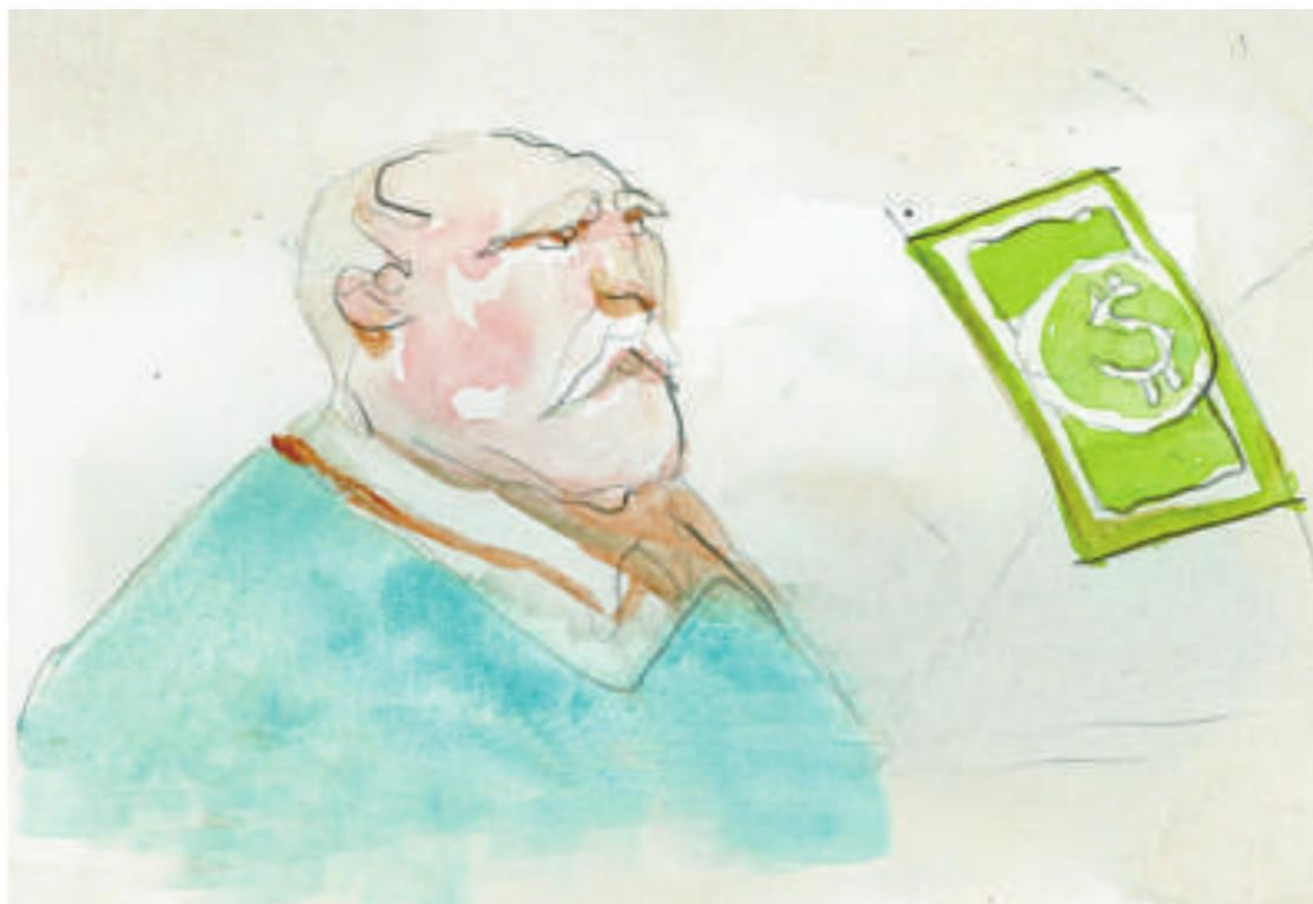
E mais, não podemos olhar apenas para a frente nas

questões previdenciárias e superar quem já está recebendo o benefício do **INSS**, sendo importante também conhecermos as propostas para os aposentados e pensionistas. O que será que os candidatos pensam sobre temas sensíveis, entre eles os projetos de lei para a desaposentação e o 14s salário, além da revisão da vida toda que está sendo discutida no STF e as questões que têm discussão de legalidade trazidas pela reforma da Previdência?

João Badari, Advogado especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/09/2022/p1>



TRF-3 livra produtores rurais de contribuição paga ao Sistema S"

Laura Ignacio De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334

A eterna reforma (Editorial)

Se há bandeira a unir esquerda, centro e direita em todas as eleições presidenciais, trata-se da reforma ampla do sistema nacional de **impostos** e contribuições sociais -que, a despeito de tanto apoio declarado, pouco avançou até aqui.

Desta vez, os quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas apresentam as mesmas linhas principais a orientar as mudanças pretendidas. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) falam em simplificar a tributação do consumo e em alterar a cobrança do Imposto de Renda.

Todos partem de um diagnóstico geral amadurecido ao longo de três décadas de debates, o qual esta Folha endossa: no Brasil, a taxa de mercadorias e serviços, além de excessiva, é regida por uma legislação labiríntica e irracional que abarca cinco grandes **tributos** (PIS, Cofins e IPI, federais, ICMS, estadual, e ISS, municipal).

Tal anomalia sabota a eficiência empresarial e encarece produtos, penalizando sobre tudo os mais pobres. Ao mesmo tempo, a tributação direta da renda, em especial nas faixas mais elevadas, é relativamente baixa para padrões globais.

A experiência mostra, porém, que os consensos em torno da **reforma tributária** se desfazem à medida que se desce aos detalhes.

Setores hoje menos onerados ou que contam com regimes especiais rejeitam a ideia de uma cobrança uniforme sobre os produtos; estados e municípios resistem a abrir mão da autonomia na definição de seus **impostos** e demandam compensações por perdas; categorias com grande poder de pressão sobre o Congresso rejeitam mais IR.

Não parece clara, ademais, qual a melhor estratégia para levar adiante a reforma. O governo Bolsonaro preferiu apresentar propostas localizadas, em vez de tentar uma mudança ampla, mas nem mesmo conseguiu que o Congresso aprovasse um projeto de lei razoável para a tributação de dividendos.

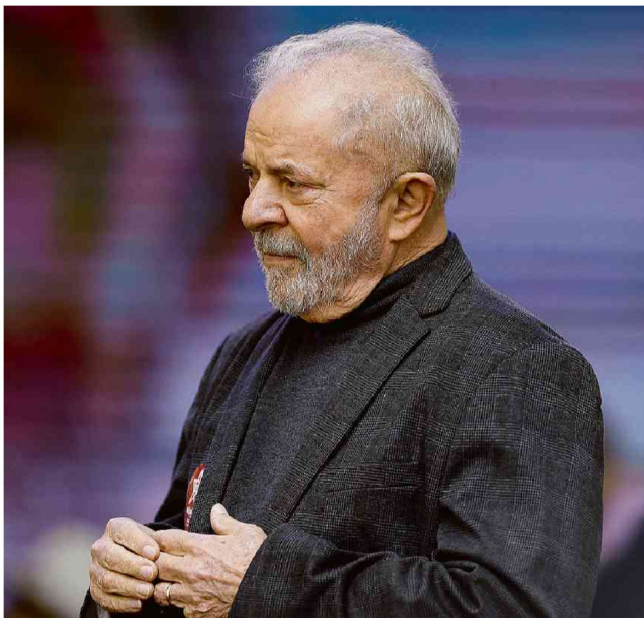
A agravar o quadro, o Planalto ignorou a meta de eliminar subsídios para promover um corte eleitoral de **impostos** -de fato excessivos- sobre combustíveis e energia. A taxa de consumo ficou ainda mais cheia de discrepâncias.

É possível que a própria necessidade de repensar a intervenção apressada sirva de estímulo a um redesenho mais ambicioso do modelo. Em qualquer hipótese, o avanço dependerá da convicção, da liderança e da capacidade de negociação do vencedor das eleições.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50040>

Lula quer foco na campanha e só fala em nome para Economia após 2º turno



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante comício em Curitiba, na semana passada. Rodolfo Buhner - 17set.22/Reuters

Alexa Salomão

Em setembro de 2018, todo mundo já sabia que o economista Paulo Guedes passaria de Posto Ipiranga a ministro da Economia em caso de vitória de Jair Bolsonaro (PL). Na atual campanha, Guedes segue firme como o mais bem cotado na Esplanada para ficar no cargo em um eventual segundo mandato de Bolsonaro. Há quem diga que é o único com cargo certo.

No caso do líder nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o nome ainda é uma incógnita. Há fortes razões políticas para a falta de indicados, afirmam pessoas que acompanham a campanha.

Lula não quer nem discutir sugestões, até para deter egos e risco de disputas internas precoces. O foco é vencer a eleição -de preferência no primeiro turno. Ainda que essa meta seja atingida, a definição para os principais ministérios, incluindo o da Economia, ficará para depois do segundo turno, quando os governos estaduais estiverem definidos.

Lula tem dado recados. O mais enfático é que seu primeiro ato, se eleito, será fazer uma reunião com os governadores e pacificar as relações entre estados e União. Ele sempre foi político de alianças, mas essa competência agora escalou, dada a necessidade de

garantir governabilidade a um eventual terceiro mandato.

Uma das peças mais importantes nesse xadrez nacional é o desfecho de Fernando Haddad em São Paulo. Ele segue firme na liderança das pesquisas ao governo estadual, mas a escala de titulares para a área econômica está atrelada ao resultado paulista.

Há correlações entre quem vai para onde, considerando secretaria de Fazenda do estado e Esplanada em Brasília. Se perder para governador, Haddad é nome cacifado para ministro.

O papel do vice na chapa, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), é outro elemento essencial no processo de decisão.

Alckmin desmentiu pessoalmente a história de que seria cotado para ministro da Economia, conversa que circulava nos bastidores há quase um mês. Aliados já vinham descartando a suposição. Ninguém pensa em escalar o vice para um cargo passível de demissão. Também dizem que Alckmin tem mais o que fazer, pois não será vice decorativo.

Lula também passou o recado de que pretende viajar muito ao exterior. Quer recompor a imagem do Brasil, e a sua própria. Pretende aproveitar as boas relações com chefes de Estados da Europa para resgatar os laços ambientais. Também quer reatar os vínculos com os emergentes. Tem a ambição de assumir um papel internacional.

Pessoas próximas à campanha dizem que essa agenda global de Lula tende a cacifar Alckmin para o papel de vice-gestor -daí a expectativa de que ele será ouvido por Lula quando chegar a hora de validar ministros em postos chaves, como o da Economia. Alckmin terá de se relacionar com eles.

A chamada turma da Faria Lima, avenida que reúne a sede das principais instituições financeiras do país, é a mais ansiosa para saber quem vai tutelar a Economia em caso de vitória de Lula.

Os economistas e analistas têm pressa em balizar o rumo da política fiscal e da Petrobras. De certo, até agora, é que o super ministério da Economia seria desmembrado, porque o PT não abre mão de fazer

planejamento e política industrial. Está em análise a criação de um conselho de assessores econômicos, nos moldes do que existe na Casa Branca.

Vira e mexe, a Faria Lima solta balões de ensaio com eventuais cotados que considera mais palatáveis. Saiu de lá a ideia de colocar Alckmin como ministro da Economia. Feito o desmentido, agora, estão dizendo que ele vai para a Agricultura. Outro nome recorrente nos escritórios envidraçados é o de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central de Lula.

Nesta segunda, Meirelles participou de um evento promovido pela campanha petista, mas, em entrevista à Folha, condicionou seu apoio à manutenção de propostas econômicas semelhantes às da primeira gestão de Lula.

Um eventual Lula 3 será bem diferente de Lula 1 e 2, mas a história das gestões petistas mostra uma predileção por empossar na economia nomes internos do partido. Antonio Palocci (janeiro de 2003 a março de 2006) tinha uma longa trajetória na esquerda e na sigla. Guido Mantega, o ministro mais longo (março de 2006 a dezembro de 2014), é amigo pessoal de Lula até hoje.

A única vez que um "estrangeiro" assumiu o posto o resultado foi considerado desastroso. O economista Joaquim Levy resistiu apenas 11 meses (janeiro a dezembro de 2015), durante o segundo mandato de Dilma Rousseff.

Ele deixou o cargo de diretor-superintendente do Bradesco Asset Management praticamente uma semana depois de o então presidente do banco, Luiz Carlos Trabuco, recusar a mesma proposta numa reunião com a recém reeleita Dilma. No encontro, também estava presente Lázaro Brandão, presidente do conselho de administração do Bradesco.

Levy tinha de cumprir a espinhosa missão de implantar o pragmatismo pós-eleitoral -adotar uma agenda econômica bem diferente da anunciada na campanha por Dilma. Foi incinerado pelo fogo amigo e pelas diligentes pautas bomba, encampadas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Levy é considerado a vítima da antessala do impeachment.

O PT reassumiu a pasta com um correligionário de 30 anos, o economista Nelson Barbosa (dezembro de 2015 a maio de 2016), também colunista da Folha. Aquele momento tenso, no entanto, volta à memória toda vez que o nome de Trabuco ressurgue nas rodas informais sobre candidatos a ministro da Economia.

Já está dado que o próximo titular da pasta terá o desafio de trabalhar pela recuperação do Orçamento,

em diferentes sentidos. Recompôr as contas e também riscar o chão para retomar a gestão transferida para o Congresso. Lula já disse que aptidão política seria um atributo desejável.

Nos círculos do PT, prevalecem sugestões com trajetórias partidárias.

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que foi ministro das Relações Institucionais no governo Lula, ministro da Saúde no governo Dilma e rival de Alckmin -disputou com ele, e perdeu, a eleição a governo de São Paulo em 2014.

Wellington Dias, que se desvinculou do cargo de governador do Piauí para disputar uma vaga no Senado. O economista Rui Costa, governador da Bahia, encerrando o segundo mandato com uma trajetória bem-sucedida.

Existe a expectativa de que Alckmin possa fazer a sua sugestão, numa eventual aliança liberal na economia. Nomes importantes dessa corrente adotaram a agenda social, o que facilitaria uma eventual aproximação. A presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), por exemplo, se interessou pelo reposicionamento do economista André Lara Resende. Um dos formuladores do Plano Real, ele considera superado o receituário macroeconômico adotado no país.

O preferido de Alckmin, todo mundo sabe, é o economista Pérsio Arida, que coordenou o programa econômico na disputa à presidência em 2018. Arida tem estofo e currículo.

Um dos pais do Plano Real, foi presidente do Banco Central e do BNDES, além cofundador do BTG Pactual. Ele tem dado contribuições a todos os candidatos. Está no chamado grupo dos seis, que reuniu progressistas em torno da elaboração de proposta para o próximo governo.

Arida não tem afinidade com a agenda petista, e a recíproca é verdadeira. Pessoas próximas dizem que seria difícil convencê-lo se o seu nome ganhar força. É mais fácil que sua namorada, Priscila Cruz, presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos pela Educação, venha a participar de alguma gestão petista.

É claro que tudo é possível na política, mesmo Arida não sendo da política. A demonstração disso foi o gesto simbólico de assinar o manifesto dos economistas em defesa da reeleição de Rodrigo Garcia ao governo de São Paulo. Petistas interpretaram a adesão como um sinal.

Ex-ministro apoia petista, mas cobra respeito ao teto

Julio Wiziack

Ex-presidente do Banco Central durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ex-ministro da Fazenda na gestão de Michel **Temer** (MDB), Henrique Meirelles já disputou uma eleição presidencial e declarou apoio ao petista nesta segunda-feira (19) dizendo ser a melhor opção caso haja responsabilidade fiscal.

Meirelles, hoje conselheiro global da Binance, a maior corretora de criptomoedas do mundo, participou de evento de campanha de Lula e Fernando Haddad (PT) em São Paulo. Ele disse esperar do presidencial respeito ao teto de gastos e reformas macroeconômicas.

Em entrevista à Folha feita na semana passada, e atualizada nesta segunda após o evento, Meirelles falou que não recebeu convite para ser ministro da Economia de Lula.

Lula é o líder das pesquisas e busca um ministro da Economia com interlocução no Congresso. Caso ele seja eleito e o senhor seja convidado, aceitará? Não perco nem um minuto tomando decisões sobre hipóteses.

Foi sondado? Não.

O senhor apoia qual candidato? Lula. A experiência que eu tive no BC [Banco Central] no governo Lula foi positiva. Apesar de declarações equivocadas [de Lula], eu espero que a realidade [das medidas a serem tomadas para a Economia] prevaleça e, prevalecendo, tenderia a achar que, se houver indicações de que ele vai seguir naquela direção [de seus mandatos passados], eu acho que é uma boa opção.

PUBLICIDADE

Quem tem a melhor proposta para a Economia, Lula ou Bolsonaro? As propostas variam entre serem genéricas e negativas. Pelo que está nos programas, a situação é preocupante porque eles não contemplam o que o país precisa. O próximo governo deveria basicamente fazer uma reforma administrativa bem feita e a tributária, para aumentar a produtividade do país.

Seria necessário, em primeiro lugar, uma declaração inequívoca de que, ao contrário do que está sendo dito, haverá respeito ao teto de gastos [regra que corrige o gasto de um ano pela **inflação** do ano anterior].

Para haver o respeito ao teto, será necessário fazer reformas fundamentais, principalmente a administrativa, para reduzir o custo da máquina federal e, também, fechar estatais que perderam sua finalidade. A partir disso você gera recursos dentro do teto para viabilizar programas sociais e investimentos mínimos.

Aí, dizem: "isso não é viável politicamente". No momento em que você acha que fazer as coisas certas é inviável, então não tem solução para o país. Só acho que é viável.

Lula e Bolsonaro prometem reativar a economia por meio de avais com dinheiro público para lastrear empréstimos, algo que já ocorre via Pronampe. Este é um bom caminho? O que [os candidatos] propõem é mais uma versão eleitoral, é aquilo de ver o governo como fonte mágica de recursos. [A proposta] é risco-governo em última análise, uma forma diferente de injetar dinheiro público. Depois, se o banco empresta com uma garantia do governo e, por alguma dificuldade, o tomador não paga, quem arca é a União. O banco não assume o risco.

O problema é que isso tem custo para todos, porque sobe **inflação**, taxa de juros. Se isso for feito do jeito que foi desenhado, e espero que não seja, acho que os resultados não serão muito diferentes do que já foi no Brasil, que é a recessão.

O governo diz que as medidas tomadas na pandemia permitiram um crescimento maior que o de outros países. O senhor concorda? A economia sempre se expande quando há expansão fiscal em um primeiro momento. Houve grande dispêndio de recursos não só na pandemia, mas também quando a economia já estava em plena retomada. Vamos ver o crescimento puxado pelo consumo das famílias em primeiro lugar e, em consequência disso, o crescimento da indústria.

A questão é definir quanto dura esse momento, porque o problema da expansão fiscal acima da capacidade de arrecadação, de endividamento equilibrado do país, é que, em determinado momento, sobe o risco-país, taxa de juros, a própria **inflação**. E isso tem efeito na economia no instante seguinte.

A equipe econômica comemora as supostas falhas nas projeções do **PIB** feitas pelo mercado. Os analistas não contavam com essa injeção acima do previsto de recursos públicos, nem com a concordância explícita expressa pelas áreas econômicas do governo feita abertamente para ter um resultado eleitoral melhor em função disso. A questão toda é a partir de 2023, porque não será viável a manutenção desse gasto.

Será muito difícil para o próximo presidente cortar o Auxílio Brasil, por exemplo, principalmente porque a economia ainda não retomou o pleno emprego. Está muito longe disso, apesar de uma certa melhora.

Quem está no governo e faz parte de um processo eleitoral tem julgamento quase eufórico [dessas medidas]. Quem está fora vê um problema fiscal gerando **inflação** e corroendo o poder de compra.

Nenhuma grande reforma foi realizada sob Bolsonaro, mas houve medidas econômicas consideradas estruturantes. Elas surtiram efeito? Algum efeito fizeram, mas não é suficiente. Houve alguma mexida no IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] e no IR [Imposto de Renda]. Mas isso não é uma reforma ampla.

Existe proposta de **reforma tributária** no Congresso, objeto de um acordo unânime e inédito pela primeira vez em 30 anos entre os estados e que não mexe na arrecadação e confere produtividade à economia.

As propostas dos candidatos não contemplam isso. Contemplam benesses, o que, no processo eleitoral, é compreensivo. Precisaríamos estar vivendo outro momento político e social para um programa eleitoral sério, bem-feito, com o que de fato precisa ser feito. Mas isso não seria popular e não venceria as eleições. Disputei uma eleição, apresentei uma proposta elogiada pelos analistas, mas que não era uma proposta popular. Obtive 1,7% dos votos válidos.

Qual sua avaliação sobre a redução de ICMS sobre combustíveis e serviços essenciais? É aquela história: eu resolvo fazer um sacrifício sério, mas quem vai executar é o vizinho. O vizinho corta os gastos, e eu não faço nada.

Dólar tem forte queda com otimismo sobre Brasil e apoio de Meirelles a Lula

Após uma abertura em alta, o dólar fechou esta segunda-feira (19) em forte queda ante o real, com investidores adotando uma postura otimista em relação à atuação do Banco Central do Brasil na sua política de controle da **inflação**. Parte do mercado também apontava que esse otimismo quanto ao Brasil foi reforçado à tarde pela notícia do apoio do ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles à candidatura do ex-presidente Lula (PT).

O dólar comercial à vista caiu 1,82%, a R\$5,1640 na venda. A Bolsa saltou 2,33%, aos 111.823 pontos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

40

País vai para eleição com desemprego menor e o dobro da inflação de 2018

Leonardo Vieceli Douglas Gavras

O Brasil caminha para a eleição presidencial de outubro com desemprego menor e mais vagas de trabalho do que em 2018, quando ocorreu a última disputa nas urnas.

A **inflação** acumulada, porém, dobrou desde então, e a renda real do trabalho encolheu em meio aos impactos da pandemia. Essa combinação, dizem analistas, joga contra a percepção de aquecimento da atividade econômica para uma parcela considerável da população.

Comparar a economia brasileira às vésperas do pleito de 2018 com o momento atual é como observar uma montanha-russa de expectativas, avalia Cosmo Donato, economista-sênior da LCA Consultores. Há quatro anos, diz, as perspectivas eram de previsibilidade fiscal, após a aprovação do teto de gastos, o andamento da reforma da Previdência e de uma possível discussão da **reforma tributária**.

"Estávamos caminhando para a normalidade, colhendo frutos das reformas que foram feitas e com expectativa de fazermos mais, mas o ambiente mudou completamente. Tivemos uma pandemia nesse caminho e, em termos de fundamentos, estamos em um cenário mais desafiador. Só que a lupa do curto prazo traz boas notícias, sobretudo pelo fim das restrições sanitárias e o impulso fiscal e social", resume.

No trimestre até julho deste ano, o mais recente com dados disponíveis, a taxa de desemprego recuou para 9,1% no Brasil, conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O indicador estava em 12,4% em igual período de 2018 (3,3 pontos percentuais acima).

O número de desempregados -pessoas sem trabalho e à procura de vagas- diminuiu em cerca de 3,2 milhões nesse intervalo. Passou de 13,1 milhões no trimestre até julho de 2018 para 9,9 milhões em igual período de 2022.

O número de ocupados com algum tipo de trabalho, por sua vez, teve acréscimo de 6,8 milhões, passando de 91,9 milhões para 98,7 milhões. O nível mais recente é o maior da série histórica iniciada em 2012,

de acordo com o IBGE.

A **inflação**, por outro lado, passou a incomodar mais o bolso dos brasileiros. Nos 12 meses até agosto de 2022, intervalo mais recente com dados disponíveis, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulou alta de 8,73%. Em igual período de 2018, o avanço era de 4,19%. Ou seja, menos da metade.

De acordo com economistas, a **inflação** ganhou força com os efeitos da pandemia, que impactou a oferta e os preços de insumos, e da Guerra da Ucrânia, que elevou as cotações de commodities.

No Brasil, esses fatores foram potencializados pela alta do dólar, que subiu em meio a turbulências protagonizadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Em parte, a **inflação** foi responsável por encurtar a renda média do trabalho no país, aponta o economista Vitor Hugo Miro, professor do Departamento de Economia Agrícola e coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza na UFC (Universidade Federal do Ceará).

No trimestre até julho de 2022, o rendimento habitual, em termos reais, foi de R\$ 2.693. A marca é 3,8% menor do que a de igual trimestre de 2018 (R\$ 2.798). Na prática, é como se R\$ 105 deixassem de ir, em média, para o bolso do trabalhador ocupado.

Os R\$ 2.693 representam o segundo menor valor para o trimestre até julho na série histórica, conforme o IBGE. Só superam a renda registrada no mesmo intervalo de 2012 (R\$ 2.685).

Os cálculos envolvem apenas os recursos obtidos com o trabalho. Transferências de programas sociais, por exemplo, não entram nas contas.

"Tem o componente dos salários, de postos de trabalho que estão sendo gerados com salários mais baixos, e a questão inflacionária, que vem corroendo o poder de compra. Esse cenário explica a renda mais baixa", diz Miro.

Em relação ao trimestre imediatamente anterior (fevereiro a abril), o rendimento médio até subiu 2,9%

em julho deste ano. Foi a primeira alta significativa em dois anos, segundo o IBGE.

"Um fator positivo deste momento pré-eleitoral é que o rendimento médio do trabalho está crescendo. Ainda não chegamos aos níveis de quatro anos atrás, mas não deixa de ser uma surpresa", diz Hélio Zylberstajn, professor sênior da FEA/USP e coordenador do Projeto Salariômetro, da Fipe.

Ainda assim, ele reconhece que o eleitor médio não sente essa melhora, sobretudo pela **inflação** maior em 2022.

"A alta de preços corrói o poder de compra do salário. Se olharmos para as negociações coletivas, os trabalhadores não estão conseguindo ganhar da **inflação** -alguns só conseguem empatar com ela. Quando se vai ao supermercado, tudo ainda parece caro demais. Mais emprego não significa mais satisfação."

Na visão da Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o cenário às vésperas da nova eleição é de uma economia "polarizada", a exemplo do que ocorre na política.

Segundo a economista, o país conseguiu avanços nos últimos anos em áreas como concessões e marcos regulatórios. Contudo, indicadores como renda fragilizada e endividamento das famílias formam o "lado triste" da história, diz Matos.

Em agosto, o endividamento bateu recorde ao alcançar 79% dos lares do país, conforme a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). A série histórica teve início em 2010.

"Avançamos em alguns pontos, mas ainda falta bastante para uma economia mais sustentável. Várias reformas não foram continuadas, tem a questão da desigualdade social. Com a pandemia, os mais pobres sofreram mais, não só em termos de renda, mas também em educação", avalia Matos.

Para ela, um dos desafios do país em 2023 será conciliar medidas de auxílio a camadas mais vulneráveis e uma agenda de reformas e responsabilidade fiscal.

"A gente sabe que este é um momento que demanda atuação do Estado, que precisa ao mesmo tempo ser reformista. A questão é combinar tudo", afirma.

A economista Margarida Gutierrez, professora do Coppead/UFRJ (Instituto de Pós-Graduação e

Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro), também chama atenção para esse ponto.

"O principal desafio de curtíssimo prazo é equacionar programas sociais com a sustentabilidade da dívida/**PIB**", aponta. "Não dá para colocar tudo no Orçamento e dizer "vamos em frente", acrescenta.

Na visão de Gutierrez, a economia mostrou reação consistente após o choque da Covid-19. Ela define o atual momento da atividade como "muito bom", em um nível superior ao de outros países.

No segundo trimestre deste ano, o **PIB** (Produto Interno Bruto) cresceu 1,2% no Brasil. A alta, segundo analistas, veio no embalo da reabertura de empresas e da liberação de recursos autorizada pelo governo federal.

Pressionado pela perda do poder de compra da população, Bolsonaro aposta no segundo semestre no corte de **tributos** sobre itens como combustíveis e energia elétrica, além da ampliação do Auxílio Brasil às vésperas das eleições.

O presidente vem destacando essas medidas em seus discursos. Adversários de Bolsonaro, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à frente nas pesquisas de intenção de voto, buscam chamar atenção para questões como o aumento da fome e da pobreza.

O 9º Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, por exemplo, indicou em agosto que o número de pessoas em situação de pobreza saltou para 19,8 milhões nas metrôpoles brasileiras em 2021. A população que passa fome no país chegou a 33 milhões de pessoas, de acordo com outro estudo publicado em junho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50040>

Indicadores em 2018 e 2022

Taxa de desemprego

Em %



Número de desempregados

Em milhões



Número de ocupados com trabalho

Em milhões



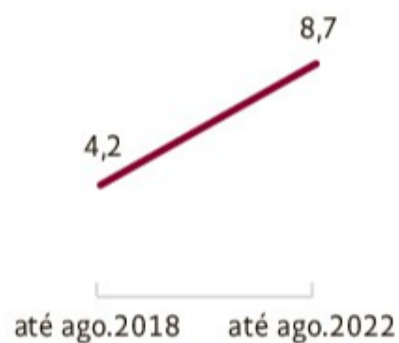
Renda média real do trabalho

Em R\$



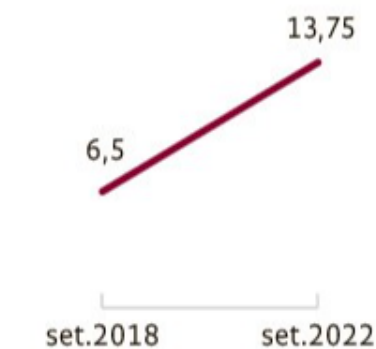
Inflação acumulada em 12 meses

Em %



Taxa Selic (juros)

Em % ao ano



Fontes: IBGE e BC

Guedes critica atuação do BC às vésperas do Copom

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Propostas tributárias dos presidenciaíveis (Artigo)

Victor Humberto Maizman

Ao analisar as propostas de governo dos 11 candidatos à Presidência da República registradas no Tribunal Superior Eleitoral, identifiquei que em geral as mesmas são vagas e abstratas, não contemplando detalhes sobre como seriam implementadas pelo candidato eleito. Conforme já ressaltado, a vontade do presidente da República depende ainda do aval do Congresso Nacional, uma vez que todo sistema tributário deve estar, salvo raras exceções em lei. Aliás, não é demais lembrar que cabe apenas à Constituição Federal fixar quais os **tributos** podem ser instituídos, bem como quem pode, repita-se, exigí-los. Da mesma forma, estão fixadas no texto constitucional as limitações do poder de tributar, quer dizer, qualquer reforma no sistema tributário não pode desprezar os limites previstos na Constituição Federal, ou seja, extrai-se a máxima que o poder fiscal pode muito, mas não pode tudo! Não por isso, tenho ressaltado que o direito do contribuinte está nitidamente assegurado na Constituição Federal, posto que a dinâmica tributária consiste no dever legal da pessoa física ou jurídica transferir compulsoriamente o seu patrimônio para o Poder Público, sob pena de sofrer não apenas as sanções administrativas, como também no tocante a sua própria liberdade caso demonstrada fraude fiscal. Depreende-se do nosso sistema constitucional tributário, que em síntese, os **tributos** incidem sobre patrimônio, sobre a renda e, por fim, sobre o consumo. Por certo, a tributação sobre o consumo é alvo de reforma por parte dos presidenciaíveis. O Brasil, na comparação com os países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, se tributa mais o consumo e menos a renda. E quando se fala em consumo, é justamente sobre os serviços e produtos essenciais, posto que tudo que consumimos resulta em pagamento de tributo em razão dos mesmos estarem embutidos no respectivo preço. Em 2019, enquanto a carga tributária brasileira incidente sobre renda, lucros e ganhos de capital representava 7,3% do **PIB**, a média da carga de 36 países da OCDE era de 11,5%. A carga tributária sobre bens e serviços no Brasil equivalia a 14,1% do **PIB**, enquanto a média da OCDE totalizava 11,1%. O reequilíbrio da composição da carga tributária é uma decisão política, que deve considerar, inclusive, a repartição de competências tributárias estabelecida pela Constituição Federal. E, sem prejuízo da generalização das propostas, pelo menos há que se

ressaltar um ponto muito positivo, pois denota-se que os candidatos estão sensíveis à preocupação popular com a complexa temática tributária. Por fim, os eleitores devem estar atentos não apenas às propostas dos presidenciaíveis, mas também daqueles que pretendem, a partir de 2023, ocupar as cadeiras do Congresso Nacional, posto que conforme ressaltado, a proposta de **reforma tributária** deve necessariamente passar pelo crivo do Poder Legislativo.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Piauí faz o certo para crescer mais - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Perguntam-me sempre sobre a situação fiscal do Brasil, causa básica escolhida por muitos para explicar a difícil situação econômica do país nos últimos não sei quantos anos. De fato, a dívida pública praticamente triplicou nos últimos 10 anos, enquanto o **PIB** nominal subia bem menos: 1,8 vez. Para esses, dívida fortemente crescente é sinônimo de **inflação** elevada, e daí à subida de taxas de juros (e à resultante desaceleração da economia) é um passo. Resultado: recessão e desemprego. Será isso mesmo?

No resto do mundo, em contraste, a preocupação maior das gestões econômicas no momento atual é zero com a dívida pública, estando centrada na reação aos dois choques de grandes proporções que acometeram a economia mundial nos últimos tempos, os decorrentes da covid-19 e da guerra Ucrânia-Rússia. Tais choques têm um pesado impacto inflacionário, levando a uma inédita subida dos juros e ameaça recessiva em escala global.

Engajado na campanha eleitoral, o nosso ministro da Economia afirma que estamos passando ao largo desse problema... Será? O que o governo faz hoje é avisar que tal e tal gasto será feito para atender a certas supostas necessidades cruciais, para, com isso, capturar apoio nas eleições dos segmentos contemplados, enquanto o que ocorre, de fato, é empurrar a maioria dos novos desembolsos efetivos para o pós-eleições.

Quanto à ameaça inflacionária, em breve nosso Banco Central, hoje mais independente, tenderá a subir os juros, alinhando-se ao movimento altista mundial. E tome recessão...

Com efeito, para um país que, entre os anos 1950 e 1970 crescia seu **PIB** à média de 7% ao ano, e depois passou a testemunhar taxas cada vez baixas, culminando, nas duas últimas décadas, com médias anuais difíceis de se imaginar lá atrás (3,6% em 2004-14 e -0,6% em 2015-22), o principal desafio que se coloca à frente é exatamente retomar as taxas mais elevadas das décadas anteriores.

Só assim cresceremos as oportunidades de emprego do país de forma compatível com nossas

necessidades. (O governo se vangloria de pequenas interrupções do processo de queda da atividade econômica nos últimos meses, mas é só esperar um pouco para verificar o quadro recessivo que vem por aí. E tome estelionato eleitoral...).

Assim, para os que opinam sobre o tema, a receita básica passou a ser a contenção do crescimento da dívida pública. Daí, durante a gestão **Temer**, e diante da descomunal carga de **tributos**, ter-se imposto um teto para o crescimento dos gastos federais totais igual à **inflação** decorrida.

Teto esse que durou pouco, pois o peso descomunal dos chamados gastos obrigatórios (aqueles praticamente impossíveis de serem evitados, a menos de mudanças legislativas difíceis de aprovar) está levando à virtual zeragem dos investimentos públicos em infraestrutura, categoria de maior peso no grupo dos gastos discricionários, que, sem maior suporte político, acabam virando o alvo preferencial para qualquer ajuste que se tente.

Isso ficou ainda pior sob a atual gestão das contas da União, pois, no modelo Paulo Guedes, o segmento explicitamente desprezado, por contrariar frontalmente o modelo liberal em vigor, é exatamente o relativo aos investimentos públicos (para ele, o investimento em infraestrutura deveria vir essencialmente do setor privado, algo que nunca ocorreu em nosso país).

Isso significa que caímos em uma armadilha feroz. Sem atacar para valer o grau de obrigatoriedade dos gastos, algo que na maioria das vezes requer também emendas constitucionais - de quórum obviamente muito difícil para aprovar -, caminhamos para a zeragem dos investimentos públicos.

A saída é abandonar o tal do teto, colocando em seu lugar, para ganhar tempo, mais alguma medida "para inglês ver", enquanto se tomam as providências corretas. Ou seja, o que temos de aprender (e isso tem sido minha batalha diuturna desde algum tempo) é que, na raiz da desabada do crescimento do **PIB** acima citada, está a disparada dos déficits previdenciários públicos em todas as esferas de governo que, item mais relevante dentro dos gastos obrigatórios, estão literalmente zerando o espaço orçamentário público para investir em infraestrutura.

Tais investimentos caíram sete vezes desde o final dos anos 1980, de 4,9% para 0,7% do **PIB**, enquanto os privados têm oscilado em torno de 1,1% do **PIB**, tudo isso levando a uma forte desintegração do estoque dessa crucial riqueza. Pasmem: na infraestrutura, um maior investimento aumenta capacidade, produz incremento na produtividade e reduz a desigualdade de renda. Por que não encontrar um jeito eficaz de o expandir?

Primeiro, note-se que já existe um processo de ajuste em curso, embora a passos desnecessariamente lentos, a partir da aprovação da Emenda 103/2019, no final daquele ano, que fez um bom ajuste nas regras previdenciárias. O que falta fazer agora é completar a obra via a criação de fundos de pensão devidamente capitalizados, algo cuja obrigatoriedade está prevista em lei, para que se faça uma efetiva combinação de ajuste e viabilização do financiamento da despesa anual, como dirigentes do calibre de Wellington Dias já estão fazendo em meu estado natal, o Piauí.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Piauí faz o certo para crescer mais

Juros altos e inclusão social (Editorial)

O Banco Central brasileiro terá o seu grande teste de independência nesta quarta-feira, quando definirá os rumos da taxa básica de juros (Selic), hoje em 13,75% ao ano. A 12 dias das eleições presidenciais, parte do mercado financeiro não descarta a possibilidade de o Comitê de Política Monetária (Copom) ser obrigado a elevar mais uma vez o custo do dinheiro, mesmo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando deflação há dois meses. Essa ala de especialistas acredita em aumento de 0,25 ponto percentual, para 14% anuais. A maioria, porém, fala em estabilidade, mas descarta cortes na Selic tão cedo. Há muitas incertezas no quadro macroeconômico, sobretudo a partir de 2023, com o novo governo.

O Brasil aparece na lista dos países com as maiores taxas reais de juros do mundo, variando entre 6% e 8% ao ano quando descontada a **inflação** projetada para os próximos 12 meses. Foi a forma que o BC encontrou para tentar conter a escalada dos preços, agora amenizada por medidas pontuais tomadas pelo governo e pelo Congresso às vésperas de os brasileiros irem às urnas, como a redução de **impostos** sobre combustíveis e energia elétrica. A própria autoridade monetária vem dizendo, em discursos de seus diretores e por documentos oficiais, que o momento ainda é complicado, com dúvidas no horizonte, pois os estímulos dados pelo Planalto à economia produziram um crescimento acima do esperado, portanto, inflacionário.

Para a atividade produtiva, juros mais altos significam consumo menor e fábricas ociosas. E esse cenário nada animador se reflete nas projeções de incremento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem, em média, de 0,5%. É nada para um país com as demandas sociais do Brasil. Os analistas dizem, porém, que esse é o preço a ser pago pelo descontrole da **inflação**, que, em 12 meses, chegou a encostar em 12%. Melhor dar um freio da economia agora do que permitir que as remarcações desenfreadas dos preços desestremem por completo a indústria e o comércio. O país, ressalte-se, tem um péssimo histórico em relação à carestia.

Amanhã, também, será anunciada a decisão do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A perspectiva de uma subida mais forte nos juros na maior economia do planeta provocou estragos na semana que passou. Somente no Brasil, as empresas negociadas em Bolsa de Valores perderam mais de R\$ 102 bilhões em valor de mercado. Trata-se

de uma destruição de riqueza preocupante. A razão para isso é que os investidores preferem retirar parte do dinheiro aplicado em países emergentes, como o Brasil, onde as incertezas são grandes, e garantir a segurança dos títulos públicos norte-americanos. Os juros nos EUA devem aumentar 0,75 ponto, para um intervalo entre 2,25% e 2,50% ao ano.

Assim como o Brasil, os Estados Unidos sofrem com a **inflação** alta. A diferença é que há uma confiança maior entre os investidores de que o custo de vida cairá mais rápido na principal locomotiva do mundo do que no país cuja economia é comandada por Paulo Guedes. Sendo assim, é melhor manter os recursos por lá do que no mercado brasileiro. Trocando em miúdos, o Brasil precisa fazer um esforço redobrado para assegurar sua credibilidade. E isso implica juros sempre maiores do que na maior parte do planeta.

Confiança, sabe-se, não se constrói da noite para o dia. Que o próximo governo seja capaz de oferecer a previsibilidade que os donos do dinheiro exigem. O Brasil tem tudo para decolar, como se pode comprovar em um passado recente. Contudo, é necessário que as autoridades, independentemente da ideologia, estejam comprometidas com políticas econômicas consistentes, que, ao mesmo tempo, garantam o equilíbrio das contas públicas, mas permitam investimentos em infraestrutura e ações que reduzam o enorme fosso que separa ricos e pobres. Inclusão social é essencial.

Petrobras reduz preço do diesel em 5,8%, mas alta do ano ainda é de 46%

Nicola Pamplona

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (19) corte de 5,8% no preço do diesel vendido por suas refinarias. A partir desta terça (20), o produto sairá, em média, a R\$ 4,89 por litro, queda de R\$ 0,30 em relação ao preço atual.

Considerando que o diesel vendido nos postos tem 10% de biodiesel, a estatal estima um repasse de R\$ 0,27 por litro ao consumidor final. Foi a terceira redução no preço do diesel na gestão Caio Paes de Andrade. A última, no dia 12 de agosto, foi de 4%.

Com a nova redução, a Petrobras volta a praticar preço equivalente ao de maio de 2022. Mesmo após os três cortes consecutivos, o valor de venda do produto pela estatal ainda acumula alta de 46% no ano.

Em nota, a Petrobras diz que a decisão "acompanha a evolução dos preços de referência e é coerente com a prática de preços da Petrobras, que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio."

Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço médio do diesel nas refinarias brasileiras estava R\$ 0,47 por litro acima da paridade de importação, conceito usado pela Petrobras em sua política de preços.

Tem ficado acima da média internacional desde o fim de agosto, embora em valores menores do que o atual.

Para o Goldman Sachs, o diesel vendido pela estatal permanece 7% acima da cotação internacional, mesmo após o corte anunciado nesta segunda. Desde a última redução, disseram analistas do banco o preço do combustível caiu 6% no Golfo do México, principal referência para o Brasil.

Assim, as margens consolidadas de refino da estatal permanecem em níveis saudáveis, escreveram os analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins.

Fundamental para o transporte de cargas no país, o

diesel foi menos impactado pelos cortes de **impostos** aprovados pelo Congresso no fim de junho e caiu bem menos do que a gasolina e do que o etanol nos postos.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) custava em média R\$ 6,84 por litro, queda de apenas 9,6% desde a aprovação da lei. A gasolina, que tinha **impostos** mais altos, caiu 32,1% no mesmo período, também impulsionada por reduções nas refinarias.

A queda dos preços dos combustíveis é um dos trunfos da campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), que teve a imagem desgastada pela escalada inflacionária do primeiro semestre. Para gerar fatos positivos, a Petrobras passou a anunciar cortes quase todas as semanas.

Na semana passada, foi o gás de cozinha, que caiu 4,7% nas refinarias da estatal. Na última semana de agosto, houve anúncios de cortes nos preços do querosene de aviação, da gasolina de aviação e do asfalto, produtos que não eram alvo de divulgação pela empresa até dois meses atrás.

Neste domingo, Bolsonaro aproveitou viagem para o funeral da rainha Elizabeth 2ª e visitou um posto de gasolina em Londres, onde gravou vídeo afirmando que a gasolina inglesa é mais cara do que a brasileira - sem considerar, porém, as diferenças de poder aquisitivo entre os dois países.

No vídeo, que foi compartilhado em redes sociais por ministros e apoiadores, o presidente voltou a afirmar que o Brasil tem uma das gasolinas mais baratas do mundo.

Na semana passada, o país estava na 34ª colocação das gasolinas mais baratas, de acordo com o site Global Petrol Prices. É um avanço de 15 posições em relação ao verificado um mês antes. No caso do diesel, o país ocupava a 83ª posição da lista.

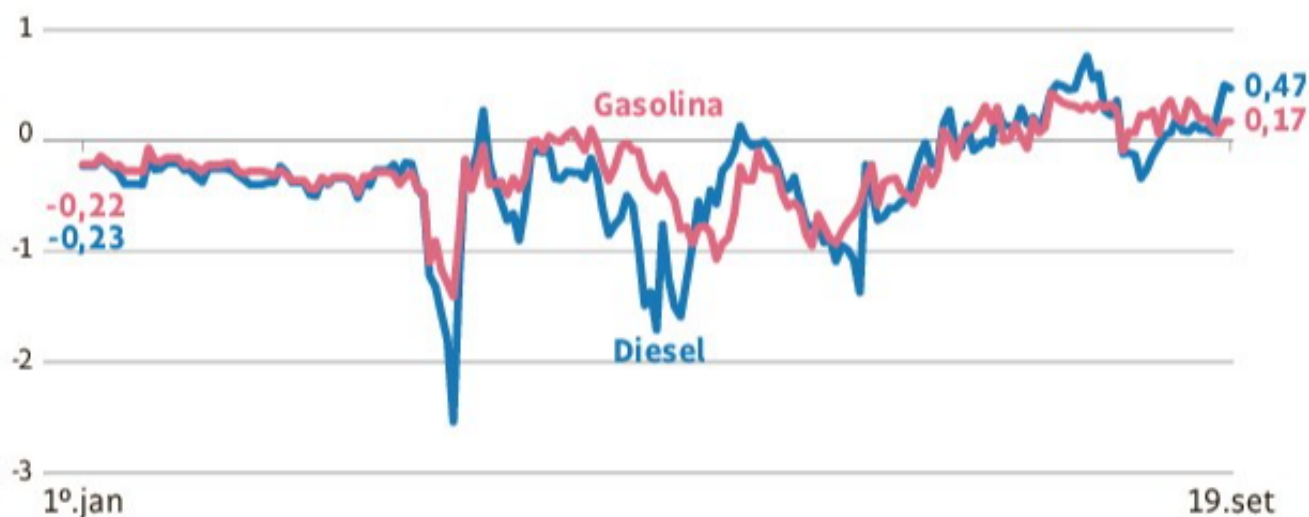
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50040>

Defasagem nos preços dos combustíveis

Defasagem média em relação à paridade de importação

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato, em R\$ por litro



Fonte: Abicom

Risco de câncer antes dos 50 anos cresce a cada geração, aponta estudo



PEDRO NAKAMURA

A incidência de câncer antes dos 50 anos de idade tem crescido a cada geração e aponta para o surgimento de uma "epidemia global" da doença entre adultos jovens nas próximas décadas, segundo artigo de pesquisadores da Universidade Harvard (EUA) publicado pela revista *Nature Reviews Clinical Oncology*. Mudanças de hábitos, como sedentarismo, sono ruim e uso de antibióticos são algumas das prováveis explicações para esse fenômeno.

O estudo analisou dados epidemiológicos de 14 tipos diferentes de câncer em 10 países de todos os continentes, no período entre 2002 e 2012, além de revisar as evidências sobre a incidência global da doença em décadas passadas e suas possíveis causas. Conforme a pesquisa, intitulada "O câncer de início precoce é uma epidemia global emergente? Evidências atuais e implicações futuras", o aumento progressivo na incidência teve um pico a partir dos anos 1990.

"As razões para esse fenômeno não são claras, mas estão provavelmente ligadas a mudanças na exposição a fatores de risco nos primeiros anos de vida ou no início da idade adulta, a partir da metade do século 20", escreveram os autores, liderados pelo pesquisador Tomotaka Ugai, da Faculdade de Medicina de Harvard.

INFLUÊNCIA. Na avaliação dos cientistas, avanços no rastreamento do câncer têm influência limitada nesses números, e fatores ambientais podem estar por trás do crescimento. Isso inclui tendências de hábitos de vida modernos, como a intensificação do consumo de

álcool e de alimentos ultraprocessados, obesidade, sedentarismo, mau sono e uso de antibióticos, indicam os pesquisadores de Harvard.

"Muita gente achava que o aumento de casos de câncer era pelo envelhecimento e métodos diagnósticos mais precisos, mas fatores ambientais, principalmente alimentares, estão influenciando bastante na incidência em idades mais precoces", diz Bruno Filardi, oncogeneticista do Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, o estudo de Harvard expõe de modo mais claro um fenômeno global já conhecido na área.

HÁBITOS. O médico ressalta que ainda não há clareza sobre os mecanismos que associam hábitos de vida à doença. Mas, acrescenta ele, a epigenética, área que investiga como estímulos ambientais podem ativar ou suprimir genes, tenta entender como esses fatores interagem com suscetibilidades genéticas associadas ao câncer. "Sabemos que há um fenômeno de carcinogênese ligado à exposição, por exemplo, a certos tipos de alimentos", explica.

Filardi também alerta que o câncer tende a ser mais agressivo quando acomete pessoas com menos de 50 anos em comparação com os idosos. Ele pondera ainda que é difícil isolar um único fator responsável pelo aumento dessa incidência.

"São hábitos que mudam em uma população. Não se trata de um único alimento novo, mas um estilo de vida com maior consumo de gordura, sal, álcool, carne vermelha, condimentados, processados - e menor exercício físico", afirma o médico.

Conforme dados do levantamento Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), feito pelo Ministério da Saúde, a proporção de adultos obesos no Brasil chegou a 21,5% em 2020. Essa taxa era de 11,8% em 2006. A pesquisa revela que houve aumento no consumo de álcool e de ultraprocessados, e também no sedentarismo.

Os autores do estudo de Harvard consideram que, para além de esforços pessoais de prevenção ao câncer, ações sistêmicas que promovam o rastreamento da doença e um estilo de vida saudável no nível da

sociedade podem reduzir sua incidência.

"Por exemplo, a regulação de indústrias que produzem tabaco, alimentos ultraprocessados e bebidas", sugerem os pesquisadores.

Apesar dos alertas de cientistas, a nutricionista Maria Eduarda Diogenes, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), diz que estudos têm demonstrado que dietas não saudáveis estão cada vez mais baratas e acessíveis, sobretudo às pessoas mais vulneráveis, o que contribui para o aumento global das taxas de sobrepeso e obesidade, fatores de risco para o câncer e doenças crônicas como diabetes e complicações cardiovasculares.

IMPOSTOS. "A tributação de alimentos e bebidas ultraprocessados e o redirecionamento de subsídios para alimentos saudáveis é uma das estratégias recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para a diminuição desse consumo", afirma a nutricionista. Segundo ela, estimativas apontam que ultraprocessados - como salgadinhos, refrigerantes, refeições prontas congeladas e embutidos - devem se tornar mais baratos que alimentos in natura, aqueles retirados diretamente da natureza, ainda neste ano.

"Já temos evidências robustas que apontam que uma alimentação baseada em alimentos in natura e minimamente processados de origem vegetal - como frutas, legumes, verduras, cereais, oleaginosas - e pobre em alimentos ultraprocessados e carnes processadas ajuda a prevenir o câncer", afirma a nutricionista.

Maria Eduarda explica que, além da dieta, a não exposição ao tabaco e ao excesso de sol, ser fisicamente ativo na rotina diária, evitar qualquer consumo de álcool e manter o peso saudável são comportamentos importantes para a prevenção da doença.

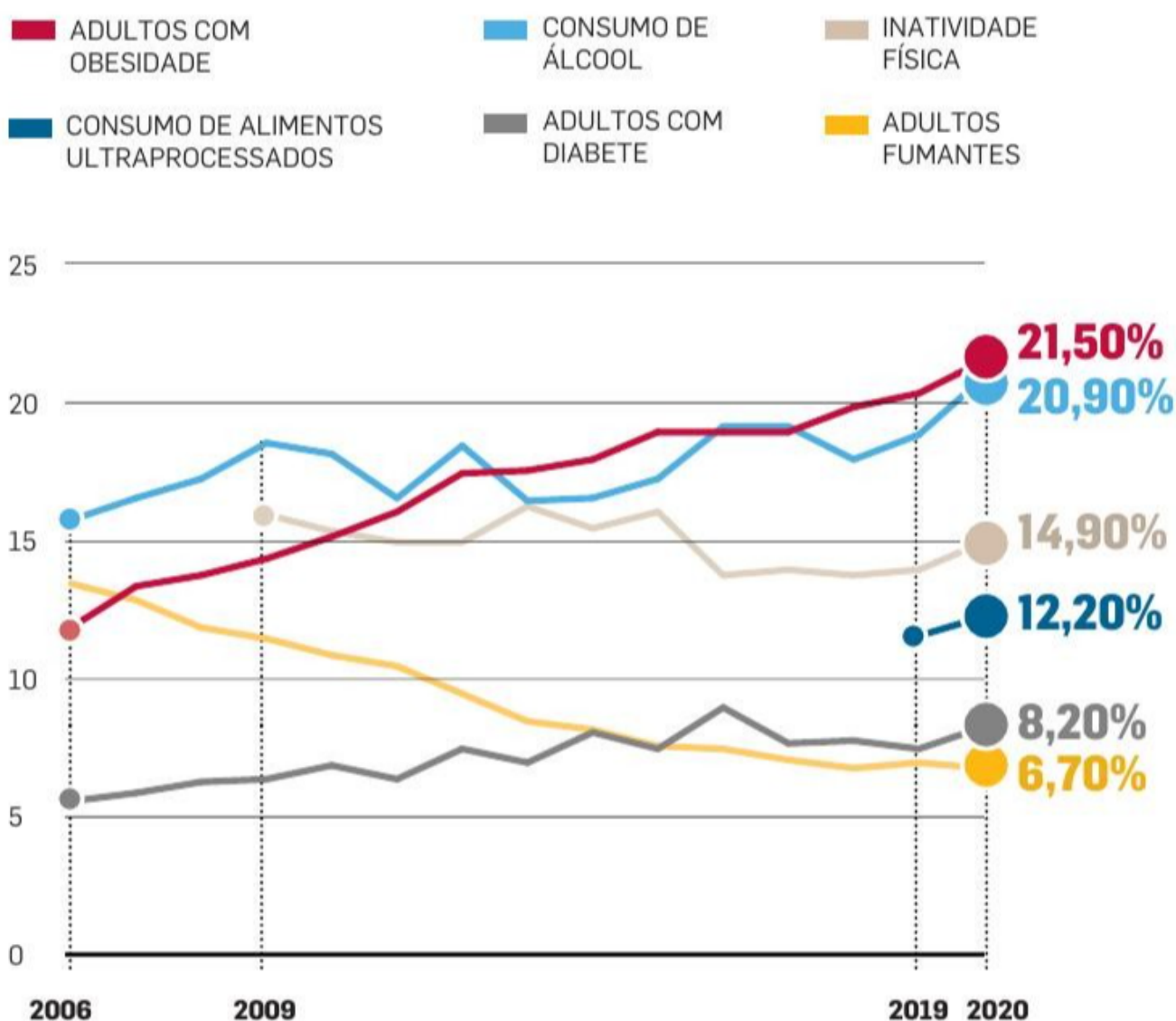
No caso das mães, amamentar os bebês é outra recomendação dos especialistas.

"Para isso, é fundamental que tenhamos políticas públicas e ações que promovam e facilitem essas escolhas."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

COMPORTAMENTO

Brasileiro piorou alimentação e ficou mais sedentário nos últimos anos



FONTES: VIGITEL/IEPS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Na ofensiva por voto útil, apoio de ex-presidenciáveis



VICTOR CORREIA

A campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deu ontem mais uma cartada em busca do voto útil para tentar a vitória no primeiro turno das eleições. Em um hotel de São Paulo, o petista reuniu oito ex-presidenciáveis para uma declaração conjunta de apoio, incluindo dissidentes do PT e adversários históricos. Nos discursos, as divergências foram pinceladas, mas o ponto comum foi a defesa da democracia, que, na avaliação do grupo, está ameaçada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Além do vice na chapa de Lula, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), sentaram-se à mesa Fernando Haddad (PT), Marina Silva (Rede), Luciana Genro (PSol), Henrique Meirelles (União Brasil), Cristovam Buarque (Cidadania), Guilherme Boulos (Pso) e João Goulart Filho (PCdoB). A reunião foi organizada pelo coordenador do programa de governo, Aloizio Mercadante.

"O que vocês estão fazendo no gesto de hoje (ontem), companheiros, é assumindo um compromisso. E não é um compromisso com o Lula. O que vocês estão fazendo é assumir o compromisso de que este país vai voltar a viver democraticamente", disse Lula. "Não é o presidente da República e sua assessoria que determina o que é bom para a sociedade. A sociedade tem de determinar, e o governo tem de abrir espaço e criar canais de participação." O ex-presidente enfatizou ser o alvo preferencial dos adversários na corrida eleitoral. "Cada gesto meu é na perspectiva de mostrar para a sociedade que eu quero ganhar. Obviamente que é uma eleição atípica, porque todos os candidatos, desde o atual presidente até os outros estão numa briga mais forte contra mim do que contra o próprio presidente, porque eles não querem que eu ganhe no primeiro turno", lamentou.

Um dos apoios improváveis entre os ex-presidenciáveis foi o de Henrique Meirelles, que

presidiu o Banco Central durante todo o governo de Lula e foi ministro da Fazenda na gestão Michel **Temer**. Afastado atualmente da política, Meirelles é crítico de medidas previstas no programa de governo do petista, especialmente a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista.

Ainda assim, o ex-ministro citou indicadores econômicos favoráveis dos oito anos do governo Lula, como a criação de mais de 10 milhões de empregos e crescimento médio do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 4%. "Esse é um resumo dos fatos. Isso é, na minha opinião, o que interessa: emprego, renda, padrão de vida da população e mostrar quem faz. Essa história de falatório pode impressionar muita gente, mas eu acredito em fatos. Olho e vejo o resultado do seu governo", afirmou Meirelles, presidenciável pelo MDB em 2018.

Ele também citou que o aumento dos auxílios, promovido por Bolsonaro às vésperas da eleição, vai causar um problema no futuro, mas que pode ser resolvido.

Reconciliação

Marina Silva e Cristovam Buarque, por sua vez, foram alvo de hostilidades do PT no passado recente. A ex-senadora ocupava o Ministério do Meio Ambiente no governo petista, mas deixou a pasta em 2008, após ser escanteada e ter que ceder em sua política de preservação. O ressentimento cresceu em 2014, por ter sido fortemente atacada pela campanha de Dilma Rousseff, que buscava a reeleição. Na semana passada, porém, Marina declarou apoio a Lula citando um "reencontro político e programático".

"Essa reconciliação do Brasil consigo mesmo, hoje o senhor é o que reúne as melhores condições para nos ajudar a realizar", afirmou Marina no encontro de ontem, dirigindo-se a Lula. "Existem momentos na história em que a gente percebe que há algo muito forte em jogo, que é a banalização do mal", acrescentou.

Já Cristovam Buarque ocupava o Ministério da Educação, no primeiro governo Lula, quando foi demitido por telefone. À época, o episódio causou mal-estar entre aliados. O ex-senador passou a ser crítico do petista e disputou as eleições presidenciais de

2006 pelo PDT.

"Será uma tragédia termos um segundo turno. Eu não tenho dúvida de que ele (Lula) ganhará no segundo turno, se houver. Mas serão quatro semanas imprevisíveis do ponto de vista de violência nas ruas, de fake news para todos os lados", destacou Buarque. Segundo ele, o ex-presidente é o "melhor que nós temos hoje".

Divergências

Outros ex-presidenciáveis que estavam na reunião já haviam declarado apoio a Lula, como Boulos e Luciana Genro, cujo partido, o PSol, compõe a chapa do petista. Os dois, porém, têm divergências em relação ao ex-presidente. A legenda, inclusive, foi fundada por Luciana Genro após a saída dela do PT, em 2003.

"Todos conhecem nossas diferenças, elas são públicas, mas estamos aqui hoje (ontem) para dizer que essas diferenças são menores neste momento histórico do que aquilo que nos une para preservar a democracia brasileira", discursou Boulos, candidato à Presidência em 2018. "Essa união expressa um entendimento conjunto de que a eleição do presidente Lula é essencial para a democracia brasileira, para derrotar um fascista, alguém que ameaça as instituições e as liberdades." Luciana Genro afirmou que a união é uma "frente antifascista". Ela definiu o projeto de governo de Bolsonaro como "racista, misógino, LGBTfóbico, que quer eliminar os seus adversários".

Candidato à Presidência em 2018, João Goulart Filho destacou a necessidade de união. "Neste momento, todos aqueles que lutaram pela democracia, que tomaram no caminho da restauração democrática, todos que tiveram presentes nas reivindicações junto ao povo brasileiro estão apoiando a candidatura de Lula", ressaltou.

Já Alckmin disse ver na população um entendimento maior sobre a importância das eleições deste ano. "Todos nós aqui fomos candidatos a presidente da República. Tínhamos projetos diferentes para o Brasil, mas sempre tivemos algo em comum que é a pedra basilar, o princípio, que é o respeito à democracia e o respeito ao povo brasileiro", frisou. (Com Agência Estado)

Olho e vejo o resultado do seu governo, isso nos faz estar aqui. Estou aqui com tranquilidade, com confiança, porque eu sei o que funciona e o que pode funcionar no Brasil" Henrique Meirelles, presidenciável pelo MDB em 2018

Existem momentos na história em que a gente percebe que há algo muito forte em jogo, que é a banalização do mal" Marina Silva, presidenciável pela Rede em 2018

Será uma tragédia termos um segundo turno. Não tenho dúvida de que ele (Lula) ganhará no segundo turno, se houver. Mas serão quatro semanas imprevisíveis do ponto de vista de violência nas ruas, de fake news para todos os lados" Cristovam Buarque, presidenciável pelo PDT em 2006

Dólar cai com otimismo e apoio de Meirelles a Lula

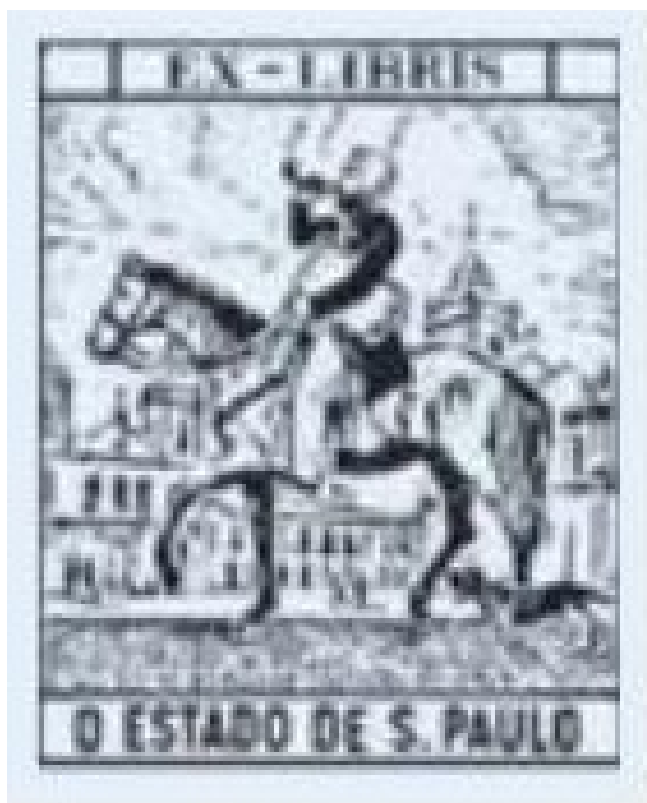
Após uma abertura em alta, o dólar fechou esta segunda-feira em forte queda frente ao real, com investidores adotando uma postura otimista em relação à atuação do Banco Central do Brasil na sua política de controle da inflação.

O sentimento de que a autoridade monetária brasileira acertou o momento de subir sua taxa de juros contrasta com a preocupação sobre os próximos passos dos principais bancos centrais, principalmente o americano, que deverá anunciar uma forte elevação no custo do crédito na quarta-feira. Parte do mercado também apontava que esse otimismo quanto ao Brasil foi reforçado na tarde desta segunda-feira pela notícia do apoio do ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles à candidatura do ex-presidente Lula (PT). O dólar comercial à vista caiu 1,82%, a R\$ 5,1640 na venda.

Na Bolsa de Valores brasileira, o índice Ibovespa saltou 2,33%, aos 111.823 pontos. Davi Lelis, economista e sócio da Valor Investimentos, afirma que há um sentimento positivo em relação ao Brasil diante da expectativa de uma alta moderada dos juros pelo Banco Central nesta quarta.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-16449cdd169d248c891506ac8628480d.pdf

Reação lenta de um país fora do ritmo (Editorial)



A lenta recuperação econômica prosseguiu em julho, com avanço de 0,6% sobre junho e de 2,5% em 12 meses, puxada pelos serviços, segundo o Monitor do **PIB**-FGV, a mais detalhada prévia das contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses números podem sustentar a esperança de um crescimento próximo de 3% em 2022, insuficiente para tornar menos pífio o balanço do mandato do presidente Jair Bolsonaro. Pouco antes de publicada a nova edição do Monitor, o Banco Central divulgou as últimas projeções do mercado, resumidas na pesquisa Focus. Pela mediana das estimativas, o **PIB** aumentará 2,65% neste ano, 0,50% em 2023 e 1,70% em 2024.

A economia brasileira cresceu em média 0,59% entre 2019 e 2021, enquanto a produção mundial aumentou em média 1,54%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No ranking de crescimento de 50 nações, o Brasil ficou em 32.º lugar. Se o crescimento brasileiro atingir 2,9% neste ano, hipótese mais favorável que a do mercado, a expansão global ainda poderá ser superior, alcançando 3,2%, segundo cenário construído pelo economista Sérgio Gobetti para o Estadão.

Enquanto esses números eram conhecidos pelos leitores, no domingo, o presidente Jair Bolsonaro aproveitava sua viagem a Londres, oficialmente motivada pelo funeral da rainha Elizabeth II, para um comício eleitoral e para novas palavras de suspeita sobre a eleição de outubro. Só haverá sinais de lisura, segundo o presidente, se ele for vitorioso no primeiro turno. Até agora, a vitória de seu principal oponente foi apontada como o resultado mais provável pela maior parte das pesquisas.

Por enquanto, o presidente Bolsonaro só se distingue, interna e externamente, por seus ataques ao Judiciário, pelo desapareço às instituições, pela tolerância à devastação ambiental, pelas manifestações de desprezo à ciência, à cultura e à saúde pública, pelos desacertos diplomáticos e pela desastrosa gestão econômica, a pior desde a recessão deixada pela petista Dilma Rousseff.

De fato, mal se pode falar da existência de uma política econômica em quase quatro anos de mandato.

As ações contracíclicas na fase inicial da pandemia foram semelhantes, em vários aspectos, àquelas observadas em cerca de uma centena de outros países. Nunca houve, no entanto, definição de metas de crescimento de médio e de longo prazos, nem projetos e programas de modernização produtiva, nem fixação de prioridades sociais.

Ao assumir o posto, em 2019, o presidente já encontrou uma agropecuária vigorosa e em continuada expansão.

Nenhuma contribuição notável foi feita, a partir daí, para o progresso do setor. Em contrapartida, Bolsonaro favoreceu o protecionismo europeu ao manchar, com ações antiecológicas, a imagem do agronegócio brasileiro. Uma necessidade evidente, a recuperação da indústria, nunca foi enfrentada nestes anos. Em 12 meses, segundo o Monitor, a produção industrial cresceu apenas 0,1%. Nada menos surpreendente, numa gestão como a do presidente Bolsonaro e de sua equipe.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Se eu tiver menos de 60%, algo de anormal aconteceu"



Jair Bolsonaro e Michelle chegam à Abadia de Westminster, em Londres, para o funeral de Elizabeth II

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vai discursar, hoje, na abertura da 77ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA). Ele chegou à cidade ontem, depois de participar do funeral da rainha Elizabeth II, em Londres. "Na Abadia de Westminster, prestamos uma última homenagem à rainha Elizabeth II e apresentamos, em nome do fraterno povo brasileiro, nossas orações para que Deus console o rei Charles III, sua família e seu povo, firmes na esperança de que estaremos todos juntos na vida eterna", escreveu o presidente nas redes sociais. O casal brasileiro compareceu também à recepção oferecida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, James Cleverly. Em entrevista ao SBT, em Londres, Bolsonaro, candidato à reeleição, afirmou que se não tiver pelo menos 60% dos votos no primeiro turno é porque terá acontecido "algo de anormal" no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Está bastante dividido, muito mais favorável a mim. Eu digo, se eu tiver menos de 60% dos votos, algo de anormal aconteceu no TSE, tendo em vista obviamente o "Data Povo", que você mede pela quantidade de pessoas que não só vão nos meus eventos bem como nos recepcionam ao longo do percurso até chegar ao local do evento." Em seguida, ele repetiu o assunto. "Pelas minhas andanças pelo Brasil, em especial nos últimos dois meses, se nós não ganharmos no primeiro turno, algo de anormal aconteceu dentro do TSE." As declarações do presidente são reação aos institutos de pesquisa que apontam o seu principal adversário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na liderança.

Ainda na capital inglesa, Bolsonaro se irritou ao ser perguntado por jornalistas se a sua viagem para o

funeral da rainha poderia influenciar na campanha eleitoral brasileira. "Você acha que eu vim aqui fazer política? Pelo amor de Deus, não vou te responder, não", declarou. Na sequência, o presidente abandonou a entrevista. No domingo, o chefe do Executivo fez discurso em tom de campanha para apoiadores na sacada da embaixada brasileira, em Londres, e também falou que vencerá no primeiro turno. Ele iniciou sua fala dizendo que se trata de um momento de pesar e "profundo respeito pela família da rainha e pelo povo do Reino Unido". Declarou que esse era o "objetivo principal", mas, nos cerca de quatro minutos restantes, tratou da campanha eleitoral, inclusive da sua pauta de costumes, contrária à descriminalização do aborto e drogas e à ideologia de gênero.

TUMULTO Depois de animosidades entre apoiadores e críticos de Bolsonaro perto da embaixada em Londres, ontem, o britânico aposentado Chris Harvey, de 61 anos, que passava em frente à residência do embaixador brasileiro, foi hostilizado por bolsonaristas ao pedir que eles agissem com "respeito" no dia do funeral de Elizabeth II. Ele interferiu após presenciar um grupo de bolsonaristas discutindo com um homem que começou a criticar o presidente. "Vocês estão na Inglaterra, demonstrem algum respeito, é o dia do funeral da rainha", gritou Harvey, após apoiadores do presidente questionarem o que ele fazia ali e mandá-lo calar a boca.

A confusão começou quando um homem segurando uma bandeira brasileira se aproximou de apoiadores de Bolsonaro dizendo que era cristão, mas que a "religião hoje no Brasil é parcial". O pastor Silas Malafaia, que integra a comitiva de Bolsonaro e estava conversando com apoiadores do presidente no momento, puxou um coro de "mito, mito, mito". O homem não identificado e com a bandeira brasileira então começou a perguntar, também gritando, por que o público ali presente "não estava preocupado" com as queimadas na Amazônia, "em saber quem assassinou a ex-vereadora Marielle Franco" e com a "origem do dinheiro usado para comprar imóveis da família Bolsonaro".

Os apoiadores do presidente cercaram o homem, chamando-o de petista. Nesse momento, Harvey disse ter visto o que lhe pareceu ser uma situação de intimidação e decidiu intervir: "Esse homem tem o direito de protestar. Essa é a Inglaterra". Os

apoiadores de Bolsonaro, então, também se aproximaram do britânico gritando "Bolsonaro 2022, Bolsonaro presidente". Um dos bolsonaristas disse: "Você não sabe nada do seu próprio país".

"Vocês estão desrespeitando o Brasil. Esse é o funeral da rainha.

Mostrem mais respeito! Isso está muito errado, é desrespeitoso com a rainha. O seu presidente não deve estar feliz com o seu comportamento", disse o britânico, em inglês. Bolsonaro estava com apoiadores quando o manifestante apareceu. Enquanto a confusão acontecia, um grupo de aproximadamente 20 policiais formou um cordão em proteção ao homem que carregava a bandeira do Brasil e que havia iniciado as críticas a Bolsonaro. Nesse meio tempo, Bolsonaro deixou a residência do embaixador, tirou fotos com apoiadores e entrou num carro sem falar com a imprensa.

NAÇÕES UNIDAS No discurso que fará hoje na ONU, Jair Bolsonaro deverá exaltar o legado do seu mandato, com destaque ao desempenho da economia brasileira. Na semana passada, durante comício em Londrina, o presidente deu pista do que deverá ser o seu discurso hoje. "Na segunda-feira, irei para os Estados Unidos, onde farei um pronunciamento por ocasião da abertura dos trabalhos da ONU. Assistam. Será um pronunciamento onde estarei voltado basicamente para o nosso Brasil, mostrando a nossa potencialidade e o que representamos para o mundo", afirmou. O discurso, segundo uma fonte do Planalto, deve tratar do recuo da **inflação** em julho e agosto, principalmente devido à queda dos preços dos combustíveis, gerada pelo corte de **impostos** e pelo recuo dos preços no mercado internacional do petróleo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/09/2022/p1>

Grupo de senadores sugere bancar piso com uso do orçamento secreto

IANDER PORCELLA JULIA AFFONSO BRASÍLIA

Um grupo de parlamentares sugeriu ontem ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o uso de recursos do orçamento secreto para custear o piso da enfermagem, suspenso por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). A reunião foi feita de forma virtual. Após a conversa, Pacheco - no exercício da Presidência devido à viagem de Jair Bolsonaro para o exterior - se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Hoje, o senador deve discutir o assunto com o relator-geral do Orçamento de 2023, Marcelo Castro (MDB-PI).

"Consistiria justamente em carimbar, não é uma redestinação, nem um remanejamento.

Esses recursos, R\$ 10 bilhões, de RP9 já estão na área da saúde no Orçamento. Agora, estão livres para aqueles atendimentos paroquiais, individualizados, direcionados. O que se faria nesse caso é, através do próprio relator, carimbar isso para o pagamento do piso da enfermagem", afirmou o senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da Minoria no Senado. Segundo ele, o líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), se manifestou "de forma simpática" à sugestão.

Ontem à noite, tomando à frente na proposta, a bancada do PT no Senado protocolou um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nessa linha, de custear o piso com uso de recursos do orçamento secreto - esquema revelado pelo Estadão de transferência de verbas a parlamentares sem critérios de transparência.

O piso da enfermagem foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 4 de agosto, em cerimônia no Planalto.

A lei estabelece piso salarial que varia de R\$ 2.375 a R\$ 4.750 para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. Mas a lei não estabelece uma fonte de recursos para as novas despesas, o que levou governadores e prefeitos a falar em corte de programas e demissões na área.

Na última quinta-feira, o STF formou maioria pela suspensão do piso. Naquele dia, Pacheco disse que

apresentaria "soluções possíveis" para garantir fontes de custeio para a manutenção da lei aprovada no Congresso.

FORA DO TETO.

Já o relator-geral do Orçamento defendeu que os recursos para pagar o piso fiquem fora do teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação**. No encontro programado para hoje, Marcelo Castro deve sugerir a Pacheco que a medida seja incluída em eventual PEC para manter o valor do Auxílio Brasil em R\$ 600.

Castro lembrou que não há espaço no Orçamento do ano que vem para o pagamento do Auxílio de R\$ 600 e, por isso, o mais provável é que o Congresso aprove uma PEC para tornar esse valor permanente.

Às vésperas da eleição, o governo patrocinou uma emenda constitucional para elevar o benefício de R\$ 400 para R\$ 600, mas a medida só vale até o fim do ano. No Orçamento de 2023 enviado ao Congresso, o valor médio do Auxílio Brasil ficou em R\$ 405.

"Já que vamos fazer a PEC para isso, nós, então, levaríamos em conta esses recursos para a enfermagem", disse Castro, ao enfatizar que os dois principais candidatos ao Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já prometeram manter o Auxílio em R\$ 600.

"Não há espaço orçamentário para isso. Não há outra maneira de cumprir essa promessa a não ser excepcionalizando o teto de gastos. Para fazer essa excepcionalização, nós precisamos apresentar uma emenda constitucional", acrescentou o senador.

Castro lembrou que não basta o governo indicar a fonte de recursos para bancar o Auxílio Brasil ou o piso da enfermagem.

É preciso acomodar as despesas no teto de gastos.

"Para a gente gastar em uma rubrica, tem de tirar de outra.

Então, de onde nós vamos tirar?

É impossível", declarou.

"Esses recursos, R\$ 10 bilhões, de RP9 (o orçamento secreto) já estão na área da saúde no Orçamento."
Jean Paul Prates (PT-RN) Líder da Minoria no Senado

"O piso é uma medida justa destinada a profissionais que têm suas remunerações subestimadas." Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Presidente do Senado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Restam poucas cartas na manga para Bolsonaro reverter rejeição

VERA MAGALHÃES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Sou o único candidato ao senado do Lula"

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Condução da economia tem baixa confiança e preocupa, diz pesquisa

Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

PIB desacelerou em julho, mostra FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Viagem para funeral da rainha frustra planos de Bolsonaro

Fabio Murakawa, Isadora Peron e Luísa Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187334?page=1§ion=1